

Educação inclusiva e sustentabilidade

Inclusive education and sustainability

Roseli de Freitas Barbosa Lima, Marcus Vinícius Vieira, Késia Huais, Vânia Filippi Goulart Carvalho Pereira

Resumo

O presente trabalho aborda a articulação da Política Nacional de Educação Ambiental com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, destacando diversos órgãos que realizam esse trabalho nessa vertente. Objetivamente, nosso trabalho buscou primeiro refletir sobre a necessidade de diálogo entre inclusão, acessibilidade, sustentabilidade e direitos humanos, e atuar na construção de mecanismos que possibilitassem ações práticas, tendo atendimento, capacitação e pesquisa como eixos centrais. A partir disso, procurou-se analisar a relação acessibilidade – sustentabilidade no contexto da garantia de direitos humanos, inserção no mundo do trabalho e educação ambiental como ferramentas de construção de políticas públicas inclusivas e também sustentáveis.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Inclusão social. Sustentabilidade.

Abstract

This paper discusses the articulation of the National Environmental Education Policy with the National Special Education Policy in Perspective of Inclusive Education, highlighting various agencies that perform this work in this aspect. Objectively, our study sought first to reflect on the need for dialogue between inclusion, accessibility, sustainability and human rights, and act in the construction of mechanisms that would enable practical actions, taking care, training and research as central axes. From this, we tried to analyze the relationship accessibility - sustainability in the context of guaranteeing human rights, integration into the world of work and environmental education as building inclusive and also sustainable public policy tools.

Keywords: Environmental Education. Social Inclusion. Sustainability.

Introdução

A educação inclusiva tem por objetivo desenvolver oportunidades para que todos tenham acesso ao ensino fundamental, promovendo a construção do conhecimento e a inserção do educando.

A Constituição Federal de 1988 em seu .3º inciso IV traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.¹ Ademais, define no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Em sequência, o artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, preconiza, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº. 8.069/90, artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.² Também, nessa década foi elaborado o documento como a Declaração Mundial de Educação para Todos.

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

Tal como aplicado nas modalidade de educação de jovens e adulto (EJA) e no âmbito da educação profissional, as ações voltadas à educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social.

A proposta do projeto é integrar sustentabilidade e inclusão para que se estabeleça uma parceria oportunizando aprendizagens significativas e prazerosas, inserção no meio social e a participação no mundo do trabalho, respeitando o processo e o tempo de aprendizagem de cada pessoa envolvida

Percebemos, a cada dia, a urgência de estarmos ligados aos problemas decorrentes da sociedade, da acessibilidade e do meio ambiente. O planeta nos dá sinais que precisamos mudar comportamentos e criar uma consciência mais participativa em relação ao meio ambiente. Integrar passa a ser palavra chave por um desenvolvimento mais consciente e sustentável e acima

de tudo mais humanizado.

Educação inclusiva e sustentabilidade nos levam a uma reflexão sobre a sensibilização e o sentido de uma educação ambiental acolhedora. A inclusão de pessoas envolvidas em atividades no meio ambiente, destacando a sustentabilidade proporcionam a promoção da auto-estima, socialização e inserção social.

Podemos sim, estabelecer alianças de cuidado para com a Terra, a vida humana e toda a comunidade de vida e assim superar os ricos. Podemos, mediante a sustentabilidade real, verdadeira, efetiva e global, conjugada com o princípio do cuidado e da prevenção e com a participação de todos.

Materiais e Métodos

A pesquisa foi embasada em revisões bibliográficas de fontes primárias, localizadas em livros e referências eletrônicas, onde somado a isso, buscou-se iniciativas desenvolvidas por organismos que tem por foco de atuação o apoio a pessoas portadoras de deficiências físicas.

O trabalho consiste em desenvolver uma palestra educacional, buscando estabelecer a seus participantes a compreensão sobre a importância da educação especial através de atividades lúdicas no ambiente de aprendizagem, de forma a desmistificar que o deficiente sempre será limitado em detrimento da ausência de algum de seus sentidos ou por conta de falta de mobilidade.

Com esse mote, desenvolvemos uma dinâmica de grupo onde precisaríamos de alguns recursos materiais, como:

- folhas de papel A4;
- tesouras escolares
- canetas hidrográficas;
- potes de suplemento alimentar vazios;
- balas mastigáveis;
- uma galinha de borracha
- pirulitos ;
- amoeba – massinha tipo “geleca”;
- elásticos de borracha;
- três “quadrats” de feltro;

O grupo de palestrantes, compostos por 4 alunos do Curso de Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Severino Sombra, dá início a palestra com o questionamento do que é ser diferente, e para isso propõe a alguns participantes fazer algo rotineiro, como cortar um desenho impresso em uma folha A4, com a mão que não está acostumado a utilizar para fazer tal atividade, ou pintar um desenho com a mão com a qual não escreve. Além disso, sugerir um desafio aos sentidos, ao buscar estabelecer uma relação de confiança ao oferecer que “às cegas”, os alunos coloquem sua mãos nos potes de suplementos afim de estabelecer uma relação de confiança entre os palestrantes aos

participantes. Em cada pote estão inseridas balas, a galinha de borracha, ou a “geleca”. Todos os potes estarão tampados por pedaços de feltro presos pelos elásticos de borracha. Na prática é uma atividade lúdica que abra o campo de visão dos participantes para inserir o tema a ser apresentado.

Ressalta-se que o objeto desta palestra consiste em apresentar as experiências das associações com as quais o grupo tem contato direto.

Resultados e Discussões

A palestra tem caráter informacional, e apresenta algumas atividades que focam a inserção de pessoas portadoras de deficiência física, dos sentidos ou mentais em práticas que remetem a sua inserção no mercado de trabalho, promovendo as ações das mais variadas associações, regionais ou nacionais, que dão apoio a inserção no sistema de ensino regular, bem como no mercado de trabalho.

Soma-se a isso a promoção da atividade de voluntariado em associações locais, visto que muitos de nossos alunos dependem ,para conclusão de sua graduação, de complementar seus conhecimentos com atividades paralelas complementares, o que desenvolve o senso de criticidade como ser participante na sociedade, dando valor não apenas a sua atividade profissional, mas também valorizar o trabalho voluntário, o que reflete seu interesse em desenvolver uma sociedade mais equânime face as desigualdades que sempre são vistas nos meios de comunicação e a necessidade que a Lei impõe às empresas no que tange a inserção de pessoas portadores de deficiência física no ambiente de ensino e no mercado de trabalho, quebrando paradigmas existentes onde o portador é visto com um ser incapaz de exercer qualquer atividade profissional.

Conclusões

Podemos então afirmar que o objetivo primordial da Educação Ambiental no contexto da inserção de portadores nos meios formais de educação e de mercado de trabalho é provocar nos indivíduos práticas que possam, nas estruturas sociais e naturais existentes, estabelecer processos educativos que favoreçam a realização do movimento de constante construção do nosso ser na dinâmica da vida.

A prática da desmarginalização de portadores de deficiência deve ser parte integrante de planos nacionais de educação, que objetivem atingir educação para todos. A inclusão social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade. E é a informação que pode transformar o individuo a refletir sobre tais ações.

Em síntese entende-se que o desempenho da cidadania compreende comportamentos construtivos cujo aprendizado precisa ser difundido para todos e promover uma cultura de convivência com as diferenças e as exigências legais.

Referências

1. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
2. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1990.